

ENSINO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS NO ENSINO MÉDIO: estudo exploratório da organização do trabalho pedagógico na pandemia¹

LA ENSEÑANZA DE LAS CIENCIAS HUMANAS Y SOCIALES EN LA ESCUELA SECUNDARIA: estudio exploratorio de la organización del trabajo pedagógico en la pandemia

TEACHING HUMAN AND SOCIAL SCIENCES IN HIGH SCHOOL: exploratory study of the organization of pedagogical work in the pandemic

Maria Thais de Oliveira Batista ²
<https://orcid.org/0000-0001-5337-8507>

Francisco Alexlânio Alves Maia ³
<https://orcid.org/0000-0002-5984-2136>

Simone Cabral Marinho dos Santos ⁴
<http://orcid.org/0000-0001-8338-8482>

Resumo

¹ Nessa pesquisa foram tomados todos os cuidados éticos conforme descrito no verbete “Autodeclaração de princípios e procedimentos éticos”, publicado no e-book *Ética e pesquisa em Educação: subsídios* – v. 1. Disponível em:

https://anped.org.br/sites/default/files/images/etica_e_pesquisa_em_educacao_-_isbn_final.pdf

² Licenciada em Pedagogia. Discente do curso de Mestrado em Ensino, do Programas de Pós-Graduação em Ensino (PPGE), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/Campus Pau dos Ferros. Membro do Núcleo de Estudos em Educação (NEEd) – thaisbatista@uern.br

³ Licenciado em Pedagogia. Discente do curso de Mestrado em Ensino, do Programas de Pós-Graduação em Ensino (PPGE), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/Campus Pau dos Ferros. Membro do Núcleo de Estudos em Educação (NEEd) – alexlaniomaia@hotmail.com

⁴ Licenciada em Ciências Sociais. Mestre em Sociologia. Doutora em Ciências Sociais. Docente dos Programas de Pós-Graduação em Ensino (PPGE) e em Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Semiárido (PLANDITES), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/Campus Pau dos Ferros. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Educação (NEEd) – simonecabral@uern.br

Como referenciar este artigo:

BATISTA, Maria Thais de Oliveira; MAIA, Francisco Alexlânio Alves; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. Ensino de ciências humanas e sociais no ensino médio: estudo exploratório da organização do trabalho pedagógico na pandemia. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 24, p. 1-26, ano 2022.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v24i1.7094>

O ensino remoto ocorreu por meio de uma profusão de atividades não presenciais utilizadas como alternativa ao trabalho didático-pedagógico durante a pandemia da COVID-19. O ensino das Ciências Humanas e Sociais não ficou de fora dos efeitos e implicações da pandemia no contexto escolar. Este trabalho abrange a área das Ciências Humanas e Sociais frente aos desafios de professores em lidar com o universo do ensino remoto na escola. Com isso, tem como objetivo analisar as implicações da pandemia na organização do trabalho pedagógico de professores da área de Ciências Humanas e Sociais do ensino médio. Como metodologia, foi utilizada a pesquisa de tipo exploratória, com entrevista feita a quatro professores que lecionam as disciplinas da área em análise: história, geografia, sociologia e filosofia. Quanto ao universo escolar, trata-se de uma escola da rede estadual de ensino, situada na cidade de Pau dos Ferros/RN. Dos resultados, pudemos observar que os professores tiveram que lidar com as tecnologias e se reinventar na organização do trabalho pedagógico. A pandemia demandou uma aposta nas tecnologias para atender ao desafio de sustentar a oferta do ensino e garantir a progressão dos estudos dos estudantes. De certo, as dificuldades concretas de ensinar Ciências Humanas e Sociais na escola, de maneira remota, confundiram-se com as fragilidades educacionais evidenciadas pelo isolamento social.

Palavras-chave: Ensino remoto. Ciências Humanas e Sociais. Ensino Médio. Pandemia.

Resumen

La enseñanza a distancia se dio a través de una profusión de actividades no presenciales utilizadas como alternativa al trabajo didáctico-pedagógico durante la pandemia de COVID-19. La enseñanza de Humanidades y Ciencias Sociales no quedó al margen de los efectos e implicaciones de la pandemia en el ambiente escolar. Este trabajo recorre el área de Humanidades y Ciencias Sociales a través de los desafíos de los docentes frente al universo de la enseñanza a distancia en la escuela. Con esto, tiene como objetivo analizar las implicaciones de la pandemia en la organización del trabajo pedagógico de los docentes del área de Ciencias Humanas y Sociales en la enseñanza media. Como metodología se utilizó la investigación exploratoria, con entrevistas a cuatro profesores que imparten las materias del área de análisis: historia, geografía, sociología y filosofía. En cuanto al universo escolar, se trata de una escuela pública, ubicada en la ciudad de Pau dos Ferros/RN. A partir de los resultados, pudimos observar que los docentes tuvieron que lidiar con las tecnologías y reinventarse en la organización del trabajo pedagógico. La pandemia exigió apostar por las tecnologías para enfrentar el desafío de sostener la oferta educativa y asegurar la progresión de los estudios de los estudiantes. Ciertamente, las dificultades concretas de la enseñanza de las Ciencias Humanas y Sociales en la escuela, a distancia, se confundían con las debilidades educativas que evidenciaba el aislamiento social.

Palabras clave: Enseñanza a distancia. Humanidades y Ciencias Sociales. Escuela secundaria. Pandemia.

Abstract

Remote teaching took place through a profusion of non-face-to-face activities used as an alternative to didactic-pedagogical work during the COVID-19 pandemic. The teaching of Humanities and Social Sciences was not left out of the effects and implications of the pandemic in the school context. This work covers the area of Humanities and Social Sciences through the challenges of teachers in dealing with the universe of remote teaching at school. With this, it aims to analyze the implications of the pandemic in the organization of the pedagogical work of teachers in the area of Human and Social Sciences in high school. As a methodology, exploratory research was used, with interviews with four professors who teach the subjects in the area under analysis:

history, geography, sociology and philosophy. As for the school universe, it is a state school, located in the city of Pau dos Ferros/RN. From the results, we could observe that teachers had to deal with technologies and reinvent themselves in the organization of pedagogical work. The pandemic demanded a bet on technologies to meet the challenge of sustaining the offer of education and ensuring the progression of students' studies. Certainly, the concrete difficulties of teaching Human and Social Sciences at school, remotely, were confused with the educational weaknesses evidenced by social isolation.

Keywords: Remote teaching. Humanities and Social Sciences. High school. Pandemic.

INTRODUÇÃO

A área de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais precisará ampliar as suas lentes para enxergar como a sociedade tem se comportado ou irá se comportar diante dos modos de vida, incluindo o cotidiano escolar, ocasionados pela pandemia do Coronavírus (COVID-19). Em um contexto de incertezas e busca por explicações práticas no campo da saúde, a área das Ciências Humanas e Sociais teria ficado a salvo dos efeitos da pandemia? Por oportuno, dizemos que não. Parece até um paradoxo pensar em campo de conhecimento que se preocupa com aspectos de integração e de socialização como o das Ciências Humanas e Sociais, ter que lidar com um contexto de afastamento e isolamento social. Mas a dimensão da sociabilidade humana se expressa em processos que interligam os indivíduos dentro da sociedade. É fato que as experiências da vida humana se alteram em meio ao mundo de significados que a realidade exige.

Em março de 2020, tem início no Brasil as recomendações para o distanciamento social em decorrência da pandemia da COVID-19. De lá para cá, a COVID-19 tem deixado sinais negativos em toda a sociedade, interferindo, assim, de maneira decisiva na vida das pessoas, deixando marcas nefastas na população em todos os continentes. O novo coronavírus trouxe uma realidade irreparável para os diversos setores da sociedade, desde o seu surgimento até os dias atuais, acarretando consequências não somente de ordem de saúde pública em escala continental, mas também impactos nos diversos setores da sociedade. Aqui, a atitude mais solidária do indivíduo para com o outro seria a de se manter isolado ou afastado. O caos ocasionado pela COVID-19 nas pessoas é de estimativas sem procedência, pois o número de infectados e mortes, até agosto de 2022 no Brasil, foi de

mais de 680 mil mortes⁵, refletindo como o sistema público de saúde é frágil e que muito precisa ser melhorado, principalmente, para atender à população de grupos vulneráveis, estes os mais prejudicados pela pandemia.

Em outra instância, para atender aos estudantes, tanto da rede pública quanto privada, o governo brasileiro apresentou a proposta do ensino por meio de plataformas virtuais, o chamado ensino remoto, usando de tecnologias para promover o ensino e cumprir o ano letivo. As mudanças advindas do ensino presencial para o ensino remoto consistem numa situação desafiadora no real contexto da educação brasileira, uma vez que, o uso das tecnologias na escola é ainda presença tímida entre os professores e estudantes, acarretando significativas dificuldades no tocante às aulas, como nos alerta Paiva Júnior (2020). Vale lembrar que nem todas as famílias dispõem de internet e computadores, no geral, o acesso é realizado por dados móveis, principalmente as famílias de baixa renda, o que torna mais difícil a interação entre os professores e estudantes.

Diante da real situação da COVID-19, o Brasil teve que suspender as aulas presenciais em todas as redes de ensino, estabelecendo, assim, o ensino de forma remota. Essa nova realidade exigiu dos entes públicos medidas e decisões rápidas para manter estudantes com aulas. Nesse sentido, o presente trabalho traz uma análise a respeito do ensino remoto e as implicações pedagógicas no cotidiano escolar, fazendo uma reflexão acerca de como foram desenvolvidas as aulas no sistema de ensino no período de pandemia. Organizado em três seções, este artigo tem como foco o trabalho pedagógico de professores que atuam nas disciplinas da área de Ciências Humanas e Sociais no contexto da escola. Na primeira seção, apresentamos os procedimentos metodológicos, destacando o lócus de pesquisa, o instrumento de coleta de dados e a caracterização dos sujeitos investigados. Na segunda, abordamos o surgimento do COVID-19 no Brasil e os desafios do ensino remoto na área das Ciências Humanas e Sociais na escola. Na terceira, analisamos as implicações da pandemia e com ela, do ensino remoto, na organização do fazer pedagógico de professores da área de Ciências Humanas e Sociais do ensino médio, em uma escola da rede estadual de ensino na cidade de Pau dos Ferros/RN.

⁵ Dados obtidos no portal Painel Coronavírus, no site <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 12 de agosto de 2022.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como metodologia para a elaboração deste trabalho, foi utilizada a pesquisa de tipo exploratória, realizada com professores que lecionam no ensino médio. Esse tipo de pesquisa nos proporciona “levantar informações sobre determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto”. (SEVERINO, 2013, p. 96).

Como instrumento de coleta de dados, optamos pela entrevista semiestruturada, que, embora seja elaborada com base em roteiro de questões, há flexibilidade para inserção de novas questões, caso o pesquisador julgue necessário realizar. Para a análise dos dados da entrevista utilizou-se a investigação qualitativa de caráter descritivo que, segundo Bogdan e Biklen (1994, p.48), busca “[...] analisar os dados em toda a sua riqueza, respeitando, tanto quanto o possível, a forma em que estes foram registrados ou transcritos”. Nesse sentido, a entrevista nos possibilitou compreender, com maior profundidade, a percepção do trabalho pedagógico dos professores entrevistado no período da pandemia.

Realizamos a entrevista com quatro professores que atuam no ensino médio com as disciplinas que abrangem o campo das Ciências Humanas e Sociais, a saber: História, Geografia, Sociologia e Filosofia. Quanto ao universo escolar, trata-se de uma escola da rede estadual de ensino, situada na cidade de Pau dos Ferros/RN e que oferta o ensino médio em tempo integral.

Os entrevistados foram nomeados com pseudônimos garantido o anonimato, como previsto no termo de confidencialidade, aceito e assinado por todos os participantes. De forma mais detalhada, traçamos a caracterização do perfil dos participantes, com informações sobre idade, formação (graduação e pós-graduação), tempo de docência e tempo no ensino das respectivas disciplinas que atuam, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 – caracterização dos entrevistados

CARACTERIZAÇÃO DO(A) ENTREVISTADO(A)

Pseudônimo	Idade	Você é professor(a) de:	Formação acadêmica? (graduação)	Possui pós-graduação?	Tempo de docência	Tempo que ministra as disciplinas: filosofia/sociologia/história e geografia?
Heródoto	Entre 51 e 56 anos	História e sociologia	História	Especialização em educação	23 anos	23 anos
Maria	Entre 41 45 anos	Geografia	Geografia	Especialização em geografia e gestão ambiental	12 anos	11 anos
Clóvis	Entre 31 e 35 anos	Filosofia e artes	Música	Não possui	3 anos	3 anos
Zeus	Entre 41 45 anos	Geografia e sociologia	Geografia e direito	Especialização em geografia e gestão ambiental e direito constitucional	15 anos	15 anos

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Com um roteiro de quinze questões⁶, a entrevista ocorreu no período de 8 a 13 de agosto do ano de 2021, pela plataforma Google Meet. Além do levantamento do perfil do entrevistado com informações sobre idade, gênero, formação, tempo de docência e tempo de atuação no ensino de Ciências Humanas e Sociais na educação básica, como descrito acima, o roteiro da entrevista pautou: rotina de trabalho no ensino remoto; planejamento e organização das aulas; formas de distribuição do tempo e execução das aulas das disciplinas da área de Ciências Humanas e Sociais; estratégias de integração entre estudante-estudante, estudante-professor; participação e interação nas aulas; dificuldades e perspectivas de realização de trabalho interdisciplinar na área de Ciências Humanas e Sociais; ganhos e dificuldades com a utilização de ferramentas tecnológicas como recurso pedagógico ao trabalho docente no ensino remoto.

Ao longo da entrevista, procuramos deixar os colaboradores da pesquisa à vontade, criando um clima de acolhida, explicando os objetivos da pesquisa e a relevância de cada informação repassada por eles. Inicialmente, o uso dessa plataforma provocou um movimento de estranhamento, mas a familiaridade entre os sujeitos favoreceu,

⁶ No final do texto em apêndice

paulatinamente, a reflexão compartilhada entre os professores. Soma-se a isso, o momento de observação na escola, realizado antes das entrevistas, para fins de conhecimento, contato, sensibilização e escolha dos sujeitos para realização da pesquisa. Os entrevistados nos deram, enquanto pesquisadores, a oportunidade de compreender a perspectiva do professor quanto ao trabalho pedagógico nesse período de pandemia.

1 BREVE PANORAMA DA PANDEMIA NO BRASIL E O ENSINO REMOTO: DESAFIOS PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS NA ESCOLA

O novo coronavírus (COVID-19) afetou todos os continentes, fazendo com que o século XXI seja marcado por uma das maiores tragédias epidêmicas do mundo, atingindo diretamente a vida das pessoas, não escolhendo raça, classe social, condição financeira.

O vírus sars-cov-2 que causa a COVID-19 foi identificado nos humanos ainda no século XX, na década de 1960, pela pesquisadora June Almeida, em Londres. Esse mesmo vírus voltou a aparecer no início dos anos de 2000, levando muitas pessoas a ter complicações no sistema respiratório. A COVID-19 é uma doença infectocontagiosa causada pelo coronavírus, da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2), do inglês (*severe acute respiratory syndrome-associated coronavirus 2*). Esses vírus podem provocar no ser humano infecções respiratórias, desde os quadros mais leves, moderados e graves; de forma leve, os pacientes acometidos do vírus podem desenvolver febre, tosse, dificuldades na respiração, dores nos músculos, dor de garganta, dentre outros sintomas; no quadro mais grave os pacientes, além dos sintomas já citados, podem levar à insuficiência respiratória, com o desenvolvimento de pneumonia, e até mesmo à morte, (OLIVEIRA; LUCAS; IQUIAPAZA, 2020).

O início do ano de 2020 foi marcado por um alerta de um surto de uma desconhecida pneumonia causada por uma variação do coronavírus, sendo que o primeiro caso se deu no final do ano de 2019 na cidade de Wuhan, localizada na província de Hubei na China, a qual vivenciou um surto de pneumonia de causa desconhecida.

No primeiro semestre do ano de 2020, a Organização Mundial de Saúde anunciou a COVID-19 como sendo uma pandemia, orientando as medidas necessárias para o controle e proliferação do vírus, para tais recomendações foi orientado fazer a higienização das

mãos com água e sabão, o uso de álcool para desinfetar as mãos, o uso de máscaras obrigatório, distanciamento social, de no mínimo um metro entre as pessoas, além de recomendar a quarentena, dentre outros cuidados essenciais para amenizar a proliferação do vírus (TRECE, 2020).

No Brasil, os primeiros casos da COVID-19, ocorreram ainda no primeiro trimestre do ano de 2020. O primeiro caso de infecção ocorreu no estado de São Paulo, e rapidamente se espalhou por todo o território brasileiro, nesse contexto, o país entrou em alerta e medidas de higienização foram iniciadas, com o intuito de diminuir a proliferação do vírus entre as pessoas. Ainda nos primeiros três meses do ano de 2020, os órgãos públicos brasileiros declararam a COVID-19 como problema de saúde pública em todo o país e assim foram necessárias inúmeras ações para o combate e proliferação do vírus (TRECE, 2020).

Para tentar amenizar os reflexos nefastos da pandemia na vida das pessoas, foi necessária a implementação de medidas com vistas a diminuir a proliferação do vírus e, conseqüentemente, desacelerar a curva de contaminados, fazendo com que o número menor de doentes se espalhasse de maneira descontrolada ao longo do tempo. Assim, o objetivo dessa ação era impedir o contágio entre as pessoas concomitantemente, o que implicaria no colapso no sistema público do país. Vale lembrar que o sistema único de saúde - SUS no Brasil é muito vasto e é considerado um dos melhores do mundo, por seu nível de abrangência, porém muito desigual entre as regiões brasileiras, o que dificultou a sua eficiência em atender principalmente à população mais pobre e vulnerável do Brasil (WERNECK; CARVALHO, 2020).

Para conter a aceleração do contágio entre as pessoas e, conseqüentemente, a diminuição da curva, foram lançadas várias medidas de distanciamento social por parte do poder público, principalmente, em nível estadual e municipal, como forma de conter o avanço do vírus, tais como: impedimento de atividades públicas e aglomerações, a suspensão de aulas presenciais, o controle da abertura do comércio e serviços públicos não essenciais. Com essas ações se pretendia que o número de contaminados diminuísse e o país não tivesse um colapso na saúde pública. A bem da verdade, cabe destacar, como enfatizou Charczuk (2020), que no Brasil, desde o início da pandemia, o governo federal manteve uma posição negacionista diante da letalidade do vírus. Assim subscreve a autora:

[...] desde o início da pandemia no país, não houve uma posição unânime quanto ao protocolo a seguir, seja por parte dos governos municipais, estaduais ou federal. É importante enfatizar, ainda, que as diretrizes (ou a falta destas) por parte do atual presidente Jair Bolsonaro, bem como sua posição negacionista diante da letalidade do novo vírus, fez que as medidas de distanciamento social se efetivassem de modo errante e não coordenado (CHARCZUK, 2020, p. 02).

O fato é que com aumento no número de casos de coronavírus no Brasil, o movimento para sustentar a oferta de ensino ocorreu de forma improvisada e controversa, sem o governo federal assumir uma posição de enfrentamento ao vírus e de planejamento das ações de educação, gerando divergência, em muitos casos, com os governos estaduais e municipais. Por orientação da Organização Mundial de Saúde (OMS), em razão de não existir, até aquele momento, vacina e/ou medicamento eficazmente comprovado de combate ao Covid-19, a suspensão das aulas de forma presencial da rede pública e privada em todo o país ocorreu em março de 2020, estendendo-se até 2021. Com o objetivo de evitar aglomerações entre as pessoas, as aulas presenciais foram suspensas, estabelecendo o isolamento social, por se tratar de uma das formas de parar a transmissão de casos.

O Ministério da Educação (MEC) publicou a Portaria nº 343, de 17 março de 2020, autorizando, em caráter especial, a substituição das aulas presenciais por aulas em meios e tecnologias digitais (BRASIL, 2020a). E, em seguida, em razão da continuidade do cenário de pandemia, publicou a Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020, mantendo a suspensão das aulas presenciais e estendendo a autorização do ensino remoto até 31 de dezembro de 2020 (BRASIL, 2020b)⁷. Essas portarias permitiram a utilização das aulas remotas nos vários níveis e modalidades de ensino no período de pandemia. Com isso, todas as instituições de ensino da rede pública e privada do país tiveram que se adequar ao ensino remoto, diante de uma realidade de muitas incertezas e inseguranças, tanto para os profissionais da educação como para os estudantes.

Sem aulas presenciais, as escolas em todo o país adotaram o ensino remoto como alternativa para que ocorressem as aulas, através do uso de computadores e celulares, como também atividades complementares. Como alternativa para o exercício da docência

⁷ No final de 2020 e ao longo de 2021, outras portarias foram publicadas dispendo sobre o retorno das aulas presenciais, ou mesmo, autorizando o ensino remoto, em caráter especial, nos demais sistemas de ensino, numa clara ausência de um planejamento estratégico e proposta do governo brasileiro para atender a realidade do sistema educacional vigente.

e, mais especificamente, garantir espaços de ensino e de aprendizagem, o ensino remoto foi implementado de maneira emergencial. No entanto, essa possibilidade de ensino, compreendida como uma alternativa no momento de pandemia, tornou-se frágil levando em consideração a realidade em que se encontram muitos estudantes da rede pública de ensino.

O ensino remoto ocorreu por meio de uma profusão de atividades não presenciais, utilizadas como alternativa ao trabalho didático-pedagógico, como aulas síncronas e assíncronas, videoaulas, conteúdos em plataformas virtuais, sites, blogs, redes sociais, e-mail, canais de YouTube, dentre outras. O uso dessas estratégias envolvendo, em ambos os casos, recursos digitais, acabou por confundir, muitas vezes, o conceito de Educação a Distância (EaD) como o conceito de ensino remoto.

Charczuk (2020), utilizando-se das ideias de Moore e Kearsley (2007 *apud* CHARCZUK, 2020, p. 04), considera como EaD, um curso ofertado com “presença de professores e estudantes que se encontram em um espaço virtual (predominantemente) organizado a partir de pressupostos didático-pedagógicos propostos para tal fim, que orientam a proposição de atividades e sua avaliação subsequente”. Em outras palavras, segundo Charczuk (2020), trata-se de uma modalidade de ensino, na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, ancorada em pressupostos teórico-conceituais que sustentam as práticas didático-pedagógicas e articulam-se com os recursos digitais utilizados e suas respectivas formas de uso (CHARCZUK, 2020). Essa definição de EaD está em consonância com o que estabelece o artigo 1º do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 que regulamenta o art. 8º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional.

Já no ensino remoto, o conteúdo é produzido e disponibilizado online, em tempo real ou não, como uma medida emergencial, tanto para educação básica como a superior, evitando atrasos no processo de escolarização do estudante. Tratando do ensino remoto, Charczuk (2020) assim define:

Não existe planejamento ou modelos teórico-conceituais específicos e prévios para sua prática; há apenas a transposição do trabalho presencial para um espaço digital ou impresso. Usam-se recursos digitais ou materiais entregues aos alunos para viabilizar o que foi planejado pedagogicamente para ser realizado

presencialmente, sem a enunciação explícita de um plano didático pedagógico articulado com as ferramentas (CHARCZUK, 2020, p. 5)

Como definido, caracteriza-se como um ensino de solução temporária para uma problemática que exigiu resposta imediata, em um contexto de transposição do trabalho presencial para o digital ou impresso. Professores e estudantes de todo o país se depararam com a urgência em dispor de acesso à internet e de ferramentas tecnológicas, como computadores, celulares, tablets, para darem continuidade às aulas. Como vê-se, esse novo cenário exige não só o acesso à internet, mas algumas ferramentas tecnológicas essenciais, porém, na prática, não foi aplicável em sua totalidade, levando em consideração que existem estudantes que não dispõem de nenhum desses recursos.

É notória a falta de infraestrutura das escolas públicas, mas também da maioria dos estudantes que não dispõem de internet, computadores, celulares que lhes permitam o acesso às aulas. Foi com esse cenário que os professores tiveram que reinventar o seu trabalho pedagógico para atender, de imediato, à nova realidade: do quadro para a tela e aplicativos digitais, do ambiente da escola para o ambiente da sua casa. Nessa perspectiva, “o desafio está não somente na formação, mas também no que tange ao/a professor/a em serviço assumir o papel de mediador/a entre o/a estudante e a construção do conhecimento para uma efetiva relação pedagógica” (MARTINS JÚNIOR; MARTINS, 2021, p.123).

Essa nova organização do trabalho pedagógico remoto demandou dos professores uma readaptação dos planos de aula, exigindo que eles aprendessem a usar aplicativos, redefinissem avaliações e mudassem formas de acompanhamento dos seus estudantes. No que diz respeito ao estudante, ter o dispositivo celular não significava estar resolvido o problema de acesso às aulas, pois muitos aparelhos de celular não possuíam capacidade de armazenamento adequado para a utilização que poderia ter acesso à internet, baixar vídeos, interagir com professores e colegas através das aulas remotas. Com o ensino remoto, o contato direto e próximo entre professores e estudantes e entre seus respectivos colegas, apesar dos encontros virtuais, foi um dos principais desafios.

Diante desse quadro, observam-se as limitações e fragilidades, de forma mais acentuada, das escolas públicas do país. O coronavírus fez a educação como um todo esbarrar no desafio do acesso à internet, de estar conectada à rede e na inexperiência dos

professores(as) e estudantes. Sem aulas presenciais, as escolas adotaram o ensino remoto, com o uso de computadores e atividades complementares, na tentativa de dar continuidade ao processo de ensino-aprendizagem dos estudantes (CORRÊA; SILVA, 2020). Outra realidade considerável nesse processo de aprendizagem é que muitas famílias residem em pequenas moradias e nesse ambiente, o estudante não encontra um local apropriado em que consiga estudar e realizar as atividades orientadas pelos professores, como atestam Corrêa e Silva (2020). Outro ponto importante é a família conseguir a concentração e a rotina de estudos dos estudantes de menor idade, muitos em processo de alfabetização, enquanto muitos pais também trabalham em casa e não conseguem atender essa demanda, por não possuírem um determinado preparo específico para ensinar os filhos.

Diante do exposto, pode-se dizer que a pandemia escancarou fragilidades pelas quais passa a educação pública brasileira, no que refere aos direitos básicos. A educação é um direito de todos, conforme assegura o artigo 205 da Constituição Federal de 1988:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. [no que segue ainda, o] Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, há uma divergência entre o que está posto nos documentos com a realidade das desigualdades, que aparece de maneira presente em nossa sociedade. Assim, os professores buscam, diante desse cenário pandêmico, dar continuidade ao processo de ensino-aprendizagem com os estudantes, proporcionando-lhes compreender, questionar e interpretar criticamente a realidade e o contexto social em que vivem.

A Reforma do Ensino Médio, regulamentada pela Lei 13.415/2017, traz uma série de mudanças que culminaram em reivindicações contrárias no cenário educacional de escolas públicas. Algumas das questões mais citadas referem-se à ampliação da carga horária e à concepção de docência a partir do que se compreende sobre “notório saber”, bem como a possibilidade de os estudantes escolherem os itinerários formativos ofertados, sendo esses disponibilizados de acordo com a realidade local e a

obrigatoriedade nos três anos do ensino médio, de cursarem Linguagem e Matemática (BRASIL, 2017).

Nesses termos, está a Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio, que mesmo estabelecendo a ampliação e o aprofundamento das aprendizagens essenciais desenvolvidas no ensino fundamental na área de Ciências Humanas e Sociais, não especifica sua obrigatoriedade no que compete aos seus componentes curriculares ou mesmo em relação a sua carga horária (BRASIL, 2018).

Isso representa, a nosso ver, um retrocesso quanto à institucionalização desse campo na educação básica. A negação do estatuto científico das Ciências Humanas e Sociais tem se justificado, muitas vezes, pela suposta ausência prática da área que acaba por condená-la a uma condição de inferioridade que entende, de forma equivocada, que a área não é capaz de chegar ao mesmo grau de objetividade que as Ciências Naturais. Respondendo a essa crítica, Rodrigo (2007) defende que as Ciências Humanas e Sociais têm autonomia metodológica capaz de empregar procedimentos e métodos próprios sem abrir mão da cientificidade, tampouco, a de reduzir o homem como forma de estudo objetivável.

Esse debate que limita o alcance das Ciências Humanas e Sociais ao seu “uso” ou “ausência dele”, tem efeito direto no espaço escolar. A garantia de oferta obrigatória e a importância no currículo das escolas do ensino de humanidades tem sido questionada pelos seguintes motivos, segundo Bodart (2019):

i) ser vistas como ‘não utilitárias’ ao sistema econômico vigente; ii) não ser mais tidas como importantes aos grupos privilegiados, deixando de lhes proporcionar distinção social; iii) por questionar os privilégios historicamente construídos; iv) por trazer ao debate temáticas tidas como tabus e/ou demandas de minorias sociais (BODART, 2019, p. 07).

Na perspectiva do autor, há um desinteresse da classe privilegiada por essa área de conhecimento, uma vez que esta não a serve mais como instrumento de distinção social, de manutenção da ordem, de culto a “heróis” nacionais e de um nacionalismo que defende os donos do poder político e econômico (BODART, 2019). Sua credibilidade foi questionada, na medida que as humanidades foi se distanciando da manutenção do *status quo*, se apresentando “[...] de forma mais ‘crítica’, estranhando e desnaturalizando as relações sociais” (BODART, 2019, p. 06).

A ausência de obrigatoriedade no oferecimento desses componentes curriculares tende a comprometer o ensino de humanidades na Educação Básica, de modo que ao retirar sua exigência nas instituições, “as novas diretrizes trazem apenas as competências e habilidades, enquanto os conteúdos foram distribuídos nas áreas de conhecimento de maneira genérica” (PEREIRA, 2020, p. 35). Trazer para o debate o ensino das humanidades é pautar o seu lugar no contexto da resistência, da luta e da sua relevância no currículo da escola em seus diferentes níveis e modalidades de ensino.

Desse modo, é possível entender que o problema central do ensino remoto não estaria ligado diretamente à pandemia do coronavírus, mas a uma grande exclusão nos mais diferentes âmbitos. O que a pandemia fez foi desvelar o pano que cobria os reflexos das desigualdades na educação. Os problemas que estamos enfrentando hoje são frutos da falta de políticas públicas que sejam suficientemente adequadas para atender todos os indivíduos, sem distinção, em relação à classe social, a cor, à etnia ou à cultura.

O sistema educacional brasileiro não é um ambiente libertador de transformação social como tanto sonhou o Paulo Freire (1967). O que vemos é um espaço onde impera a desigualdade e a exclusão. E quem são os que mais sofrem nesta estrutura? São as classes historicamente marginalizadas da sociedade, a exemplo dos pobres, dos negros, dos índios, das mulheres, das pessoas do campo, etc. Tudo isso porque vivemos em uma sociedade que se encontra refém de um sistema capitalista, na qual os grupos mais favorecidos têm mais oportunidades em todos os segmentos sociais.

Assim, só existirá uma melhoria na educação do Brasil quando houver um trabalho em conjunto entre o Estado, as escolas, os profissionais em educação e toda a sociedade. Sem essa cooperação e união, fica quase impossível oferecer um ensino que seja homogêneo e, assim, “[...] continuaremos sujeitos a uma educação que só atende aos interesses ideológicos da elite” (ARAÚJO, 2014, p. 153). Não podemos deixar que políticas públicas voltadas exclusivamente para os grupos mais favorecidos se enraízem na educação brasileira. É preciso lutar por uma sociedade justa e por uma educação cada vez mais inclusiva e libertadora.

2 PERCEPÇÃO DOS DOCENTES SOBRE O ENSINO REMOTO DURANTE A PANDEMIA

Tratando do estudo empírico sobre as implicações da pandemia na organização do trabalho pedagógico do docente que atua na área de Ciências Humanas e Sociais do ensino médio, trazemos à tona as percepções dos professores. Para melhor organização das análises das entrevistas, dividimos as questões em duas categorias de análises, quais sejam: i) Organização do trabalho pedagógico; ii) Ganhos e dificuldades no ensino remoto.

2.1 Organização do trabalho pedagógico no ensino de Ciências Humanas e Sociais na pandemia

A pandemia do coronavírus limitou o trabalho docente em muitas instâncias, na medida em que a categoria docente não se encontrava preparada para o lidar com o ensino remoto. Em meio a isso, a organização do trabalho pedagógico também se fragilizou, pois, até então o que se experienciava era a realização de um trabalho pedagógico para o âmbito da sala de aula presencial.

Dentre as especificidades que interferem aqui nessa discussão acerca da organização do trabalho pedagógico estão: o modo como as aulas passaram a acontecer após o período de pandemia iniciar; as mudanças na distribuição do tempo de aula; as metodologias que foram dificultadas de serem colocadas em prática e as demandas do tipo de alunado que se tem em meio a essa organização.

No que se refere à logística de realização das aulas na escola pesquisada, se estas estão acontecendo de forma síncrona ou assíncrona, os professores nos relatam que

É sim, a gente tá usando duas plataformas diferentes, de forma síncrona a do google meet, que é uma plataforma mais fácil de acesso e permanência e as assíncronas estamos usando a plataforma do sigeduc que é a plataforma oficial do estado, da secretaria, [...] porém o sigeduc é muito instável, está sempre fora do ar, sempre dando trabalho. E as aulas síncronas são três dias na semana, no meu caso pelo horário da manhã, no horário da tarde, a gente fica postando as atividades no sigeduc, assíncronas (Heródoto).

As aulas ocorrem uma vez por semana para cada disciplina, cada disciplina tem um encontro online, os outros encontros são feitos de forma assíncrona pelo sistema através de atividades, encaminhamentos de tarefas de leituras e de estudos [...] (Clóvis).

As aulas estão sendo online, através do Google Meet. Para os alunos que tem acesso a internet existe um horário organizado, onde a gente ministra as aulas em determinado dias e horários. Já os alunos que não têm acesso a internet, aí nesse caso a gente passa um roteiro de atividades para eles e eles pegam o material na escola (Maria).

Os relatos dos professores nos fazem compreender algumas fragilidades presentes na organização das aulas remotas, quando se dividem em síncronas e assíncronas. Primeiro no que se refere à fragilidade das plataformas, seja na própria qualidade para o processo de ensino e aprendizagem ou no manuseio e fluência do professor na sua utilização. Sobre esse conceito:

Denominamos fluência digital a competência identificada no estudo, a qual está relacionada ao uso pedagógico de recursos tecnológicos para desempenhar atividades presenciais e virtuais, definida pela familiaridade com o uso de tais recursos e sua repercussão no planejamento docente. Ou seja, quanto mais fluência digital o professor desenvolve, mais facilidade ele pode ter para fazer associações entre as práticas que utiliza e uma eventual versão digital (MODELSKI; GIRAFFA; CASARTELLI, 2019, p. 8).

A pandemia acelerou um processo que já vinha sendo ensaiado, principalmente pelos sistemas de ensino, no uso das tecnologias digitais como ferramentas facilitadoras no processo de ensino-aprendizagem. Desde a suspensão das aulas presenciais muito vem sendo discutido sobre o ensino remoto, e mais recentemente sobre o ensino híbrido, após a abertura de alguns segmentos para realização parcial do ensino presencial. E atualmente, com a conjuntura de aulas remotas que está sendo vivenciada é impossível pensarmos em educação indissociada das tecnologias.

Durante a transição das aulas presenciais para as remotas na maioria dos casos as tecnologias foram e estão sendo utilizadas como meros veículos de transmissão de conteúdo e vale salientar que esse não é o principal papel das Tecnologias Digitais (TDs) na educação. As TDs, segundo Kenski (2006, p. 23), “interferem em nosso modo de pensar, sentir, agir, de nos relacionarmos socialmente e adquirirmos conhecimentos”.

Ainda nessa problematização vemos a realidade de um significativo número de estudantes não terem acesso às aulas síncronas, o que dificulta ao limitar o processo de aprendizagem. Uma realidade que fala muito sobre as desigualdades sociais no nosso País.

Um dos fatores que mais impactam na utilização dessas ferramentas no atual cenário de ensino remoto é a falta de acesso por parte da população estudantil a equipamentos e internet de qualidade, para que possam fazer uso das ferramentas indicadas pelas escolas. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios – PNAD Contínua 2019, divulgada em 14 de abril de 2021, 95,9% estudantes de escolas públicas não têm acesso à internet. Somente 64,8% dos estudantes de escolas públicas têm celular, em detrimento do

ensino privado, em que 92,6% dos estudantes possuem telefone móvel (AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS, 2021).

A realidade da pandemia traz à tona uma série de contradições e revela, ainda mais, os danosos efeitos das desigualdades de um país que carrega em sua gênese o esfacelamento de um povo marginalizado, segregado e que tem seus direitos coibidos nos mais diferentes tempos e espaços. Os efeitos no âmbito educacional, inclusive, refletem o escamoteamento histórico vivido por tantos sujeitos e grupos sociais ao longo das gerações.

Foi perguntado aos professores que recursos utilizam para fins pedagógicos em suas aulas remotas. Observa-se que além do livro didático, os recursos digitais foram incorporados como mediadores do processo de ensino e de aprendizagem, promovendo intervenções necessárias ao trabalho pedagógico. Conforme as falas dos professores Clóvis e Maria:

Então, eu gosto muito de trabalhar com música, a apreciação musical, na disciplina de artes, porque tá mais ao alcance, a gente consegue através da aula, faz uma transmissão de forma rápida, a gente compartilha a sua tela, os alunos vê o que a gente que transmitir, então, é, é, na aula online, eu faço muito isso né? Ou alguma transmissão de alguns slides de alguma coisa do tipo, ai, ai eu gosto de compartilhar vídeo aulas também, que aí reforça o que a gente vem trabalhando, um vídeo aula que eu achei interessante e tal eu compartilho lá com os alunos, ou coloco nos grupos de whatsapp, ou então lá no sigeduc tem um local específico lá de colocar esse material (Clóvis).

Uso a internet e o livro didático. Na verdade, em relação a recursos não dá para usar muita coisa não, pois não dá para fugir muito do conteúdo que precisa ser dado, e principalmente porque as aulas ainda estão mais reduzidas. Quando eu entrei no estado há 10 anos eu tinha três aulas de geografia semanais, hoje são apenas duas, então eu sempre me vejo tendo que correr com o conteúdo para poder dar tempo. Às vezes a gente quer ministrar uma aula diferente, mas acaba sendo muito difícil (Maria).

Na tentativa de reinventar suas aulas, os professores foram se adaptando à nova realidade, que entre a disposição e o uso de recursos digitais não poderia perder de vista a transmissão do conteúdo. Aliás, a transmissão do conteúdo de forma oral, como no ensino presencial, foi estendida no ensino remoto através das plataformas do google meet por meio das aulas síncronas. De acordo com as falas, os professores utilizaram diferentes recursos no intuito de atrair os estudantes a participarem das aulas, com destaque para o uso de videoaulas disponibilizadas pelo canal de Youtube, músicas, plataformas próprias da rede estadual de ensino, mensagens de WhatsApp, material impresso para os

estudantes que não possuem acesso aos recursos tecnológicos. E, claro, o livro didático que continuou a ser muito utilizado pelos professores.

Um outro ponto importante é no que diz respeito à distribuição do tempo de aula das disciplinas da área de Ciências Humanas e Sociais e as implicações que esse tempo tem na organização do trabalho pedagógico e, conseqüentemente, na aprendizagem dos estudantes. Sobre a mudança no horário de aulas os professores nos dizem:

Houve assim, porque antes na nossa área a gente tinha duas aulas semanais, de cada turma, agora teve essa junção por série, agora nós temos três primeiros, cinco segundo, quatro terceiro, então, a gente junta essas séries, no dia só, e faz a aula em conjunto, então de certa forma acabou havendo uma redução da carga horária, apesar de que a gente tá trabalhando com todos, mas não é a mesma distribuição do presencial (Heródoto).

Houve, porque agora só tem uma aula e antes de forma presencial eram duas. A aula acaba perdendo um pouco da qualidade que ela deve ter. Eu dou o conteúdo como prioridade. Tento passar tudo naquele horário, mas pensando principalmente na qualidade e não na quantidade. (Maria)

A distribuição do tempo de aula mostra-se relevante nesse sentido, ao ponto que os professores relatam dificuldades para ministrarem uma aula de qualidade com essa redução e, principalmente, no que diz respeito às disciplinas de Ciências Humanas e Sociais, que por si já se encontram marginalizadas no que concerne ao tempo de aula destinado dentro das escolas.

Desse modo, compreendemos que a logística de distribuição do tempo pode interferir na qualidade do trabalho docente e, nesse ínterim, a pandemia tornou-se palco para o destaque das maiores lacunas existentes na organização do trabalho do professor e, conseqüentemente, na qualidade de suas práticas.

2.2 Ganhos e dificuldades do ensino remoto

Perguntamos aos entrevistados o que eles pensam ainda realizar na sua disciplina. Todos os professores citaram que têm pretensão de expandir as suas aulas, no sentido de haver uma maior participação e interação dos estudantes, porém devido ao ensino remoto, dificuldades têm se apresentado nesses procedimentos. Eles nos relatam que:

Ah!! A gente deixou de fazer muitas coisas, né? Por conta desse novo modelo, mas tem uma coisa em filosofia, que, que era, estava assim nos meus planos, era fazer algum trabalho com pesquisa que envolvesse entrevista, que os alunos fossem para campo, é, e trocasse ideia do que a gente trabalhou em sala com alguém, assim em forma de materializar, em forma de trabalho científico, né? Eu tinha essa vontade, porque se tem essa visão da filosofia de ser uma coisa abstrata e na verdade não é, tá no nosso cotidiano e a gente escolheria algum tema e a gente trataria, estudaria, trocaria uma ideia, faria um roteiro, né? Com o trabalho de pesquisa de campo, os alunos conversando com as pessoas, de forma acolher informações e materiais, eu acho muito importante essa troca de ideia, o aluno ter contato com outra pessoa que não é, nem professor, nem aluno, tá ali na sua vida, sem nenhum envolvimento com a escola, eu acho isso interessante e não pude fazer até então, até agora, essa ideia surgiu no final do ano de 2019 e partiu também na vontade dos alunos (Clóvis).

É possível perceber em sua fala que o professor Clóvis tem muitos objetivos e projetos para os desenvolvimentos das aulas de Filosofia. No entanto, devido à COVID-19, esse plano foi temporariamente suspenso, de acordo com relato do professor, a ideia das aulas era que acontecessem de maneira envolvendo a teoria e prática, ele ressalta que é necessário acabar com essa ideia que o ensino de Filosofia é abstrato e que não pode ser trabalhado fora dos muros da escola.

No relato do professor fica evidente que essa necessidade surgiu no final do ano de 2019 e partiu sobretudo da vontade de os estudantes desenvolverem atividade fora no cenário da sala de aula, onde os estudantes fossem protagonistas do processo de aprendizagem.

Nesse aspecto, evidencia-se que devido à pandemia e a forma como o ensino remoto é posto, muitas atividades estão deixando de acontecer, sobretudo devido à falta do contato presencial entre os professores e estudantes, com isso não torna possível os professores desenvolverem atividades que possibilitem os estudantes a realizarem atividades de campo, pois os computadores, celulares e a internet tornaram o ambiente escolar e o contato com os professores e estudantes se resumiu a videoaulas.

A professora Maria nos relatou também a dificuldade em realizar outras atividades no ensino remoto, ela ressaltou que é muito difícil o ensino remoto, pois os professores ficam muito “presos”, às ferramentas tecnológicas, e que nesses aspectos não consegue desenvolver outras atividades, tudo é muito limitado. Ela nos relatou que:

Olha, nas aulas remotas a gente fica muito preso as mesmas coisas, e isso acaba sendo muito difícil. Então não consigo pensar nesse momento em nada que eu gostaria ainda de fazer com eles de forma remota. Mas claro, já tentei realizar atividades de enviar link de filmes para eles lerem no final de semana e realizarem uma

tarefa em cima daquele filme, dentre outras coisas. Mas a verdade é que fica muito limitado o ensino remoto (Maria).

Percebe-se na fala da professora Maria, que o ensino remoto está atendendo parcialmente às necessidades dos estudantes, no tocante ao processo de aprendizagem. Segundo a professora, não consegue pensar em outras metodologias que possibilitem tornar as aulas mais atrativas e com o maior engajamento dos estudantes, pois com o ensino a distância tudo fica mais difícil e limitado.

Foi perguntado também aos professores quais foram as principais dificuldades encontradas na utilização das ferramentas tecnológicas como recurso pedagógico ao trabalho docente na sua área de atuação. Todos os professores citaram como maior dificuldade, o uso das tecnologias, tanto no sentido do manuseio como também do acesso, pois alguns deles relataram que não dispõem de computadores que atendam à necessidade das aulas remotas; um dele citou que possui apenas o celular como ferramenta tecnológica para realizar as aulas. Foi dito também que, antes do ensino a distância, os professores não utilizavam com frequência os meios tecnológicos. Com as aulas remotas, muitos professores tiveram que aprender a utilizar essas ferramentas, conforme cita o professor Heródoto:

Foram vários, né? Primeiro porque uma boa parte dos professores, principalmente os professores da velha guarda no qual eu mim coloco já, não estávamos preparados para esse momento, a gente sabia lidar, uma coisinha aqui, outra coisinha ali no computador, a gente não estava preparado para trabalhar de forma online, com as plataformas, ou seja, ninguém é youtube para trabalhar assim dessa maneira, acredito que foi para muita gente muito difícil [...].

Diante dessa realidade, os professores tiveram que aprender a utilizar essas novas tecnologias, até então, pouco usadas na sua prática cotidiana, o que permitiu aos docentes a se sentirem desafiados a aprender essas novas ferramentas, abrindo mão de antigos costumes e a repensarem suas aulas. Assim os professores precisam se manter atualizados com as diversas mudanças ocorridas na sociedade moderna, não só na sua especialidade, mas também com as tecnologias que possam contribuir com a sua prática docente (OLIVEIRA, 2015).

Outro entrevistado relatou como foi difícil manusear as novas tecnologias, logo no início das aulas remotas, para ele, os professores não estavam acostumados a utilizar as

ferramentas digitais, destacando que eles só utilizavam com frequência o Sistema Integrado de Gestão da Educação (Sigeduc), que é um sistema de dados da Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer (SEEC) do Rio Grande do Norte, para registro de notas, frequência, dentre outros, do professor. Conforme o entrevistado,

Não estávamos acostumados em administrar os aplicativos, nem mesmo a nossa plataforma digital do Sigeduc, o sistema EaD nos impulsionou a conhecermos um pouco mais o mundo virtual e com isso percebermos que estamos muito mais atrasados do que imaginávamos (Professor).

Esta é uma realidade muito frequente entre os professores, pois no geral eles têm muitas dificuldades e resistência na utilização das novas ferramentas, muitos deles não sabem utilizar essas novas tecnologias, e isso ocorre devido à falta de conhecimentos e disponibilidade para buscar novas aprendizagens. Fica evidente também na fala do entrevistado que devido à situação da pandemia, ele teve que adequar a esse novo sistema, para adquirir praticidade no processo de ensino e aprendizagem.

Outra questão feita aos entrevistados tratava de saber quais foram os principais ganhos encontrados na utilização das ferramentas tecnológicas como recurso pedagógico ao trabalho docente na sua área de atuação. Nessa questão, houve divergência nas respostas dadas pelos professores, pois três citaram que consideram bom e um não percebeu nenhum avanço no trabalho pedagógico do professor no ensino online, conforme podemos observar nas falas dos professores Heródoto e Clóvis:

Ah!, foram muitos também, né? A aprendizagem também foi muita, porque fizemos uma verdadeira faculdade, agora com essas novas tecnologias, aprendemos muitas coisas e de uma certa forma facilita também o trabalho, não precisa o aluno está fisicamente naquele espaço para poder acontecer a aula, o aluno pode tá viajando, pode estar em outro estado em outra cidade, naquele momento ele pode se conectar e assistir a aula, esse ganho também espacial foi muito importante nesse momento, eu acredito que esse ensino a distância se fortaleceu bastante nesse período de pandemia e vai ficar, ele não vai mais retroceder não, eu acredito que ele vai se aprimorar cada vez mais (Heródoto).

De acordo com a fala do professor Heródoto, foram muitos os ganhos com a utilização das ferramentas tecnológicas para o desenvolvimento das aulas, ele cita que foi uma verdadeira faculdade e que foram muitos os ganhos tanto para o professor como para os estudantes. Cita como ponto positivo a praticidade dos estudantes acessarem às aulas, não necessitando, exatamente, estarem na escola, uma vez que, em qualquer lugar que tenha acesso à internet, os estudantes podiam assistir às aulas. Para Braga (2014, p.19), “o uso de

recursos tecnológicos na educação, mais especificamente da internet, tem provocado grandes mudanças nas maneiras de se pensar o ensino e a aprendizagem”. Em sintonia com a autora, o professor Heródoto afirmou que o sistema de aulas online permitiu que os professores que não tinham familiaridade com as ferramentas tecnológicas fossem provocados a realizar mudanças no seu fazer pedagógico, reconhecendo a necessidade de estudar as suas formas de utilização em meio as dificuldades técnicas de manuseio.

Ao passo que os professores foram ganhando novas habilidades quanto ao uso dos recursos digitais, avaliando de forma positiva o domínio de determinadas ferramentas, em um movimento contrário dessa avaliação, precisaram transformar suas casas em uma sala de aula virtual, fazendo com que o trabalho ocupasse a casa e redefinisse o cotidiano de vida do docente. É claro que o professor em tempos de aula presencial já levava “trabalho para casa”, quando precisava preparar materiais, corrigir avaliações e organizar os conteúdos das disciplinas, por exemplo. Mas essa realidade conduziu a uma sobrecarga de trabalho e confundiu os espaços e tempos no ambiente da casa. Os cômodos da casa passaram a ser sala de aula em tempo quase integral. Sobre isso, para o professor Clóvis, o fato de não ter uma rotina de trabalho e um ambiente propício de trabalho em casa contribuiu para que o ensino remoto não apresentasse ganhos. Assim destaca:

[...] mas não sei se é ganho, porque se a gente pensar na característica, de trabalhar em casa, né? Não é bom, pelo menos minha experiência não é boa, porque você tá naquele ambiente o tempo inteiro né?. Então a gente tá em casa o tempo inteiro, então em casa você tem as demandas de casa e limpa e faz comida ajeita isso, ajeita aquilo, então daqui a pouco você tá comendo assistindo televisão ao lado da cama, e, e colocando nota no sistema, aí é uma coisa assim que daqui a pouco você não sabe, o que você tá fazendo. E no presencial não, você se prepara para sair de casa, você sai de sua casa para o ambiente de trabalho que lá você tem contato com determinadas pessoas, tem a sua prática, tem seu espaço e tal, então nesse sentido, eu não digo nem que não tenha, mas eu não consigo pensar em nenhum ganho não, parece ser radical assim, mas se pensar assim talvez tenha algum ganho sim, mas agora eu não consigo pensar em nenhum (Clóvis).

Como enfatizado pelo professor Clóvis, a experiência de transformar o ambiente familiar em espaço de trabalho para atender às atuais exigências dos afazeres docentes foi avaliada de forma negativa. Ao ter que adaptar o seu cotidiano e o seu espaço privado para atender às necessidades do trabalho pedagógico, muitas vezes, sem ter um suporte tecnológico adequado para a realização das aulas, representou um grande limite do ensino remoto. Os estudantes precisaram de certa autonomia para trabalharem por conta própria, já que o professor não estava presencialmente no seu dia a dia vendo, dialogando e interagindo

durante a aula, por exemplo. Uma relação menos direta pode tornar mais distante os estudantes dos seus professores e vice-versa. Ao contrário do ensino presencial, no ensino remoto o professor não tem contato mais próximo com o estudante e/ou colega, limitando a interação e perdendo a espontaneidade própria do trabalho em sala de aula. O fato é que os professores tiveram que lidar com as tecnologias e se reinventar na sua atividade docente.

A pandemia demandou uma aposta nas tecnologias para atender ao desafio de sustentar a oferta do ensino, mas a ruptura dos laços de convivência aprofundou mazelas sociais e subjetivas. De certo, as dificuldades concretas de ensinar Ciências Humanas e Sociais na escola, de maneira remota, confundiram-se com as fragilidades educacionais evidenciadas pelo isolamento social. Essa área vive em constante ataque quanto a sua aplicabilidade e utilidade diante da realidade. A sua importância precisa ser amplamente inserida no currículo da educação básica e não que se desobrigue a sua oferta. No horizonte de possibilidades, verificamos uma certa mudança na estrutura das escolas que permitiu a transição para o trabalho remoto dos docentes, continuidade dos estudos pelos estudantes e a proximidade da família com a escola.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação brasileira, mesmo antes da crise sanitária provocada pelo coronavírus, já estava vivendo uma grande reestruturação, principalmente em seus documentos norteadores. É necessário enxergar todo esse processo de maneira crítica, e, enquanto educadores, nos apropriarmos das discussões acerca de uma educação que tem o professor como base da sua construção.

A escola é um espaço de interação e aprendizagem coletiva, no qual a presença do professor é indispensável independente do uso de tecnologias, tendo como papel social incluir e emancipar. Ao analisarmos as implicações da pandemia na organização do trabalho pedagógico de professores da área de Ciências Humanas e Sociais do ensino médio, em uma escola da rede estadual de ensino na cidade de Pau dos Ferros/RN, deparamo-nos com situações de conflito e de novas possibilidades encontradas no cenário educacional pandêmico.

O contexto das aulas remotas, por um lado, evidenciou o despreparo do docente no manuseio das novas tecnologias quanto às estratégias que se adequem à realidade do vivido no contexto educacional. Por outro lado, o desafio dos professores em reorganizar o trabalho pedagógico necessário para o ensino remoto, mobilizou estratégias de ensino para um perfil de estudante que foi possível formar, que dado ao recorte empírico desse estudo, não foi possível traçar. Os limites do trabalho pedagógico foram resultados tanto em razão da ausência de ferramentas tecnológicas ou dificuldades dos próprios professores em manusear as disponíveis, como pelos estudantes que apesar de estarem imersos na cultura digital, a qualidade do uso das tecnologias não é acompanhada de um processo educativo em favor do desenvolvimento pessoal e coletivo desses jovens.

A questão de acesso à internet e das tecnologias está intimamente ligada com a questão da qualidade do seu uso por impactar no desenvolvimento e na participação do estudante na dinâmica do ensino remoto. Nesse ínterim, a organização do trabalho pedagógico dos professores de Ciências Humanas e Sociais na pandemia tem passado por desafios que requerem do professor uma reflexão consciente acerca da necessidade de formação de estudantes críticos e condizentes com o sujeito que as humanidades almejam formar enquanto campo científico. Isso inclui a reflexão da cultura digital enquanto lócus de desenvolvimento de habilidades e potencialidades individuais e coletivas de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **PNAD Contínua 2019**: Internet chega a 88,1% dos estudantes, mas 4,1 milhões da rede pública não tinham acesso em 2019. 14 abr. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30522-internet-chega-a-88-1-dos-estudantes-mas-4-1-milhoes-da-rede-publica-nao-tinham-acesso-em-2019>. Acesso em: 18 ago. 2021.

ARAÚJO, Jurandir de Almeida. Educação e Desigualdade: **A Conjuntura Atual do Ensino Público no Brasil**. Direitos humanos e democracia, Ijuí, ano 2, n. 3, p. 125-157, jan./jun. 2014.

BODART, Cristiano das Neves. Apresentação. In: BODART, Cristiano das Neves (Org.). **O Ensino de Humanidades nas Escolas: Sociologia, Filosofia, História e Geografia**. Maceió-AL: Editora Café com Sociologia, 2019. p. 05-09.

Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unochapecó
ISSN 1984-1566 (on-line) ISSN 1415-8175 (impressa)

BOGDAN, Robert.; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos.** Porto (Portugal): Porto Editora, 1994.

BRAGA, Juliana (Org.). **Objetos de Aprendizagem.** Volume 1: introdução e fundamentos. Santo André-SP: Editora da UFABC, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional.** Lei Nº 9.394/96 de dezembro de 1996. Brasília, 2004.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em 19 de jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 343, de 17 março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. **Diário Oficial da União – seção 1**, Brasília, DF, Nº 53, quarta-feira, 18 de março de 2020^a, p. 39.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 544, de 17 junho de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. **Diário Oficial da União – seção 1**, Brasília, DF, Nº 114, quarta-feira, 17 de junho de 2020^b, p. 62

CHARCZUK, Simone Bicca. Sustentar a transferência no Ensino Remoto: docência em tempos de pandemia. **Educação & Realidade** (Seção temática: as lições da pandemia), Porto Alegre, v. 45, n. 4, e109145, p. 1-20, 2020.

CORRÊA, Letícia Ramires; SILVA Rafael Lesses da. A escola e seus silêncios: A educação em tempo de pandemia. **Disciplinarum Scientia.** Série: Ciências Humanas, Santa Maria, v. 21, n. 2, p. 193-205, 2020.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

KENSKI, Vani Moreira. Aprendizagem mediada pela tecnologia. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 4, n.10, p.47- 56, set./dez. 2006.

MARTINS JÚNIOR, Luiz.; MARTINS, Rosa Elisabete Militz Wypczynski. Uma experiência de formação continuada de professores/as de Geografia com o uso das tecnologias digitais. **Revista Pedagógica**, v. 23, p. 1-23, 2021. DOI <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v22i0.5576>

Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unochapecó
ISSN 1984-1566 (on-line) ISSN 1415-8175 (impressa)

MODELSKI, Daiane.; GIRAFFA, Lucia Maria.; CASARTELLI, Alam de Oliveira. Tecnologias digitais, formação docente e práticas pedagógicas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, e180201, 2019.

OLIVEIRA, Adriana Cristina de; LUCAS, Thabata Coaglio; IQUIAPAZA, Robert Aldo. O que a pandemia da covid-19 tem nos ensinado sobre adoção de medidas de precaução? **Texto & Contexto Enfermagem**, v.29, e20200106, 2020.

OLIVEIRA, Cláudio de.; MOURA, Samuel Pedrosa.; SOUSA, Edinaldo Ribeiro de. TIC'S na educação: A utilização das tecnologias da informação e comunicação na aprendizagem do aluno. **Pedagogia em Ação**, v. 7, n. 1, 2015.

PAIVA JÚNIOR, Francisco Pessoa de. O ensino remoto na perspectiva do aluno. In: PAIVA JÚNIOR, Francisco Pessoa de. (org.). **Ensino remoto em debate**. Belém: RFB Editora, 2020. p. 119-129.

PEREIRA, Gislaine dos Santos. BNCC e o futuro da sociologia no ensino médio: uma análise comparativa. **Revista Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais**. CABECS, Rio de Janeiro, v.4, n. 1, p.11-32, 2020.

RODRIGO, Lídia Maria. A questão da cientificidade das ciências humanas. **Pro-posições**, v. 8, n. 1 (52), jan./abr., 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2013.

TRECE, Juliana Carvalho da Cunha. Pandemia de COVID-19 no Brasil: Primeiros impactos sobre agregados macroeconômicos e comércio exterior. **Boletim de Economia e Política Internacional**, BEPI, n. 27, maio/ago. 2020.

WERNECK, Guilherme; Loureiro; CARVALHO, Marília Sá. A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. **Cadernos de Saúde Pública**, 36(5), 2020.

Submetido em: 07-06-2022

Aceito em: 18-09-2022

Publicado em: 12-10-2022